

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.732.213 - PR (2018/0069612-1)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS SA**
ADVOGADOS : **JÚLIO CÉSAR ESTRUC VERBICARIO DOS SANTOS - RJ079650**
CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DA SILVA - RJ115002
GERALDO QUEIROZ JUNIOR E OUTRO(S) - PR046447
RECORRIDO : **DB INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**
RECORRIDO : **CALÇADOS SAMELLO S/A**
ADVOGADA : **TÂNIA REGINA PEREIRA E OUTRO(S) - SC007987**
AGRAVANTE : **FAZENDA NACIONAL**
AGRAVADO : **INDUSTRIAS GERAIS DE PARAFUSOS INGEPA LTDA. EM**
RECUPERACAO JUDICIAL
AGRAVADO : **LUIZ CARLOS VERGINO**
AGRAVADO : **MSM-PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA**
AGRAVADO : **CALÇADOS SAMELLO S/A**
AGRAVADO : **MARIA LIGIA LAPA DE CARVALHO**
AGRAVADO : **ADEM - COMÉRCIO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA**
AGRAVADO : **D. B. COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA**
ADVOGADA : **TÂNIA REGINA PEREIRA - SC007987**
INTERES. : **LABRA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE LÁPIS S/A**
INTERES. : **SOCIEDADE BRASILEIRA DE ELETRÓLISE LTDA**
INTERES. : **CERAMICA ATLAS LTDA**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE TESE. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO. EXAME PREJUDICADO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A** com fundamento no artigo 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 2.239/2240):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO DE ENERGIA ELÉTRICA. DEPÓSITOS JUDICIAIS REVERTIDOS EM FAVOR DA ELETROBRÁS. TÍTULO EXECUTIVO. CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. JUROS DE MORA. DEVOLUÇÃO. CÔMPUTO NO MONTANTE EXECUTADO.

Os créditos correspondentes a depósitos judiciais integram o título executivo que reconhece o direito do contribuinte à correção monetária integral dos créditos de empréstimo compulsório de energia elétrica e respectivos juros, contando-se o prazo de devolução desde a data dos respectivos depósitos.

Superior Tribunal de Justiça

DEPÓSITOS JUDICIAIS. AUSÊNCIA DE RESGATE. JUROS MORATÓRIOS. PRINCIPAL. PRAZO DE RESGATE ESGOTADO. JUROS REMUNERATÓRIOS. VENCIMENTO ANUAL. CÔMPUTO A PARTIR DA CITAÇÃO OU DA LESÃO, SE POSTERIOR ÀQUELA.

Não tendo havido o resgate ou pagamento dos juros remuneratórios devidos quanto a créditos de empréstimo compulsório objeto de depósitos judiciais, devem ser computados os juros moratórios a partir data da citação, quanto a créditos vencidos antes do ajuizamento da ação originária, ou da data de cada lesão, quanto aos demais.

Embargos de declaração rejeitados às fls. 2.302-2.303.

O recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação do artigo 1.022, I, II, do CPC, já que a Corte de origem não teria se manifestado a respeito de pontos suscitados nos embargos de declaração opostos.

Quanto às questões de fundo, sustenta:

a) violação ao art. 502 do CPC/15, uma vez que "o título executivo adstringe-se à devolução do ECE apenas arrecadado em conta de luz, e não incluiu os citados depósitos judiciais que haviam sido feitos em ação movida pelos Recorridos invocando a inconstitucionalidade do tributo, que ficaram retidos por anos em conta judicial, por culpa exclusiva dos depositantes." (fl. 2.339);

b) violação ao art. 927, III, do CPC/15, já que que o acórdão recorrido padece de erro frente ao precedente do STJ adotado (REsp 1.003.955/RS) como fundamento da decisão ora recorrida, pois o acórdão paradigma "não pode ser aplicado aos casos de depósitos judiciais, pelo simples fato que entre a data do depósito judicial e seu levantamento por alvará, a Eletrobras não teve a posse desse recurso!" (fl. 2.340);

c) violação aos arts. 151, II, 156, I, VI, todos do CTN, ao fundamento de que "à luz do Código Tributário Nacional os depósitos judiciais do ECE não equivalem a pagamento. Assim sendo, a obrigação tributária somente foi extinta por ocasião da conversão em renda do referido valor depositado, conforme art. 156, VI do CTN, ou de seu equivalente, no caso, a data de expedição do competente Alvará, em favor do fisco (Eletrobras), do respectivo valor depositado, corrigido pelo banco oficial, da data do depósito até o levantamento do Alvará." (fl. 2.345); e

d) violação à Súmula 179 do STJ, já que tal verbete determina que o pagamento da correção monetária de valores retidos em conta judicial é de responsabilidade do banco custodiante.

Contrarrazões às fls. 2.379-2.386.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 2.389.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No que diz respeito à teses relacionada aos arts. 502 e 927 do CPC/15, verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Superior Tribunal de Justiça

Além disso, o recorrente deixou de impugnar fundamento basilar do acórdão recorrido à fl. 2.236-2.237, a saber, o de que *o objeto da ação originária não se restringe às diferenças não pagas ao contribuinte por ocasião das AGEs que converteram os créditos de empréstimo compulsório em ações, mas sim ao direito à correção monetária integral dos valores recolhidos a esse título, com os respectivos juros.*

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide à hipótese a Súmula 283/STF.

O recorrente, ao indicar ofensa ao arts. 151, II, 156, I, VI, todos do CTN, e direcionar a sua tese no sentido de que os depósitos judiciais do ECE não equivalem a pagamento, deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual "embora os créditos discutidos venham a ser extintos apenas ao final da ação, com a conversão em renda dos valores depositados em juízo, é certo que o contribuinte não sofre nenhum efeito da mora, de modo que, na prática, os seus depósitos se equivalem ao pagamento direto, satisfazendo tempestivamente suas obrigações." (fl. 2.237). Incidência da Súmula 283/STF.

Quanto à Súmula 179/STJ, vale asseverar que é vedado ao STJ analisar violação de Súmula, porquanto esta não se enquadra no conceito de lei federal (AgRg no AREsp 3.904/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 31/8/2011).

Por fim, segundo entendimento desta Corte a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/3/2017; AgInt no REsp 1.343.351/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23/3/2017.

Ante o exposto, **conheço parcialmente** do recurso especial e, **nessa extensão, nego-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator